

RADAR ÁSIA-PACÍFICO



Janeiro 2023

RADAR ÁSIA-PACÍFICO
Janeiro 2023
v.2 n.1



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SOBRE A LIGA DE ESTUDOS ÀSIA-PACÍFICO

A Liga de Estudos Ásia-Pacífico (LEAP) é um projeto extracurricular idealizado e desenvolvido por alunos do curso de graduação de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Por meio de atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão, a LEAP tem por objetivo principal aprofundar a contribuição dos discentes da universidade nos debates acadêmicos acerca das questões de cooperação, conflito, política e cultura dos países da Ásia-Pacífico.

O Radar Ásia-Pacífico é a análise de conjuntura mensal escrita pelos ligantes da LEAP, com a finalidade de discutir os temas latentes que dizem respeito à cooperação e conflito na região no último mês.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es) não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

EQUIPE LEAP

Professor coordenador da LEAP

Diego Santos Vieira de Jesus

Presidentes da LEAP

Maria Gabriela Veloso Camelo

Renan Guimarães Canellas de Oliveira

Diretores da LEAP

Mariana Azevedo Soares Quintanilha

Sofia Mendes Magalhães

Beatriz Nardy de Queiroz

RADAR ÁSIA-PACÍFICO

Janeiro/2023. Rio de Janeiro.

PUC - Liga de Estudos Ásia-Pacífico

27p; 29,7 cm

1. Ásia-Pacífico;
2. Cooperação;
3. Conflito;



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO
PUC-RIO

SUMÁRIO

1

O FUTURO DAS RELAÇÕES BRASIL-ÁSIA-PACÍFICO NO GOVERNO LULA

Mariana Azevedo Soares Quintanilha
Renan Guimarães Canellas de Oliveira

2

A POLÍTICA DE COVID-ZERO NA CHINA E SEUS PROTESTOS

Franciane da Silva Farias
Laura Simões Jordão

3

DINÂMICAS REGIONAIS NA ÁSIA-PACÍFICO: AS RELAÇÕES TAIWAN-JAPÃO

Beatriz Fernandes Lira Cavalcante
Sofia Mendes Magalhães

4

SEXTO FÓRUM SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SUL E SUDOESTE DA ÁSIA

Maria Gabriela Veloso Camelo

5

OS 75 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO MIANMAR

Fábio Almeida
Rubens Americano Alves de Brito Araujo

1

O FUTURO DAS RELAÇÕES BRASIL-ÁSIA-PACÍFICO NO GOVERNO LULA

Mariana Azevedo Soares Quintanilha
Renan Guimarães Canellas de Oliveira

“Hoje nós estamos dizendo ao mundo que o Brasil está de volta. Que o Brasil é grande demais para ser relegado a esse triste papel de pária do mundo”, assinalou Luiz Inácio Lula da Silva durante seu primeiro discurso após a vitória nas eleições presidenciais de 2022.

A eleição de um novo presidente da República arrecada um enorme peso sobre as direções que serão estabelecidas na política externa do país, principalmente no que se diz sobre as relações bi e multilaterais. Com o consecutivo alinhamento do centro econômico se afastando cada vez mais do Ocidente e voltando-se para o Oriente, o impacto crescente da região da Ásia-Pacífico nas coordenações econômicas passa a afetar cada vez mais o posicionamento político e comercial do Brasil no sistema internacional, e para tentarmos analisar os próximos passos da aproximação brasileira com a região precisamos também voltar nossa atenção para a narrativa de cooperação apresentada pelo novo governo e suas práticas de alinhamento econômico e comercial.

Além do mais, é importante destacar, também, a abordagem (THE ECONOMIST, 2022) tumultuosa do governo de Jair Bolsonaro perante as relações com a China, principal parceira comercial do Brasil. Quase um ano depois e com a mudança de presidentes, o futuro das relações sino-brasileiras tomam um novo fôlego, o que aparenta representar uma nova fase de negociações entre ambos os países, mais “maduras e “dinâmicas” - nas palavras descritas por Xi Jinping na carta de felicitação que enviou ao presidente Lula na posse de seu terceiro mandato. Mauro Vieira, ainda antes de tomar posse como o novo Chanceler, já havia afirmado que o presidente Lula viajaria para China, além dos EUA e Argentina, até março deste ano. Nesse sentido, no que diz respeito à disputa sistêmica entre EUA e China, é esperado que Lula não escolha um “lado”, mas sim respeite e promova as organizações multilaterais, além de intensificar a cooperação bilateral com os dois países.

O tema da reindustrialização sustentável aparece interligado com o projeto de cooperação. Percebe-se um contexto para a inauguração de um paradigma comercial para perpetuar e consolidar as relações entre os países a partir da ativa promoção de variados intercâmbios, tanto diplomáticos como comerciais, principalmente no campo da tecnologia. A cooperação Brasil-China atualmente percorre caminhos que adentram cada vez mais os objetivos de inovação e sustentabilidade, um movimento global que possui a China como epicentro. Ademais, é possível argumentar que ainda existe espaço para desenvolvimento das relações econômicas também entre Brasil e Índia nesse ramo. “Hoje, o comércio Brasil-Índia soma US\$ 14 bilhões e tem espaço para crescer e se diversificar. Os investimentos indianos no Brasil somam US\$ 8 bilhões e geram entre 25 mil e 30 mil empregos em setores como tecnologia da informação, farmacêutico e eletroeletrônico”, como afirma a professora da O.P. Jindal Global University, Karin Costa (THE DIALOGUE, 2022).

No que tange ao BRICS, é importante destacar que, diferente do momento de sua institucionalização - da qual Lula fez parte, em 2009 -, o grupo agora enfrenta desafios relacionados à conjuntura internacional e discordâncias internas, como a guerra na Ucrânia e os desacertos entre China e Índia - principalmente no que tange às questões militares: tropas chinesas têm, desde 2020, aumentado o número de incursões em regiões disputadas pelos dois países, além da intensificação da presença naval chinesa no oceano Índico (KUGELMAN, 2023). Nesse sentido, é esperado que a nova gestão brasileira coopere para o fortalecimento do agrupamento, mas prezando pelo pragmatismo e não por razões ideológicas. Dessa forma, a tendência é que o Brasil apoie a expansão do BRICS, o desenvolvimento de mecanismos financeiros independentes, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), mas ainda assim se opondo a colocar o BRICS como uma plataforma contra o “ocidente” (TARASENKO, 2022). Isso, pois, o BRICS propõe a criação de mecanismos alternativos para a governança econômico-financeira global (vistos como alternativas ao FMI e ao Banco Mundial por diversas grandes potências) para a maior inserção das economias emergentes, além do questionamento da distribuição de poder em instituições políticas internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU.

No campo das relações interregionais, com o histórico de comprometimento com a cooperação multilateral e especialmente na região do Mercosul, o novo

mandato de Lula traz um novo cenário de integração brasileira nas negociações e elaboração de projetos dentro do bloco. Essas estimativas indicam a possibilidade de evolução da aproximação entre o bloco latino-americano e a região da Ásia pacífico, dando espaço para o avanço do acordo de livre comércio entre o Mercosul e países como Indonésia, Vietnã, Coreia do Sul e Cingapura, um projeto que estima trazer um aumento de US\$ 1 bilhão no PIB brasileiro, além de impactos positivos em investimentos, fluxos comerciais e salários. Além disso, novas cadeias comerciais baseadas na agricultura sustentável podem ser criadas com países megadiversos, como Indonésia e Vietnã, vistos pelo agronegócio brasileiro como a “próxima China” (THE DIALOGUE, 2022).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARTACAPITAL. China deseja levar relação com o Brasil “a um nível mais alto” durante o governo Lula. CartaCapital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/china-deseja-levar-relacao-com-o-brasil-a-um-nivel-mais-alto-durante-o-governo-lula/?utm_medium=relacionadas_right&utm_source=cartacapital.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2023.

TARASENKO, Pavel. Will Brazil’s New President Back Russia’s Dream of Multipolarity? Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/politika/88331>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

THE ECONOMIST. Despite thriving trade, China’s relationship with Brazil is weakening. The Economist. Disponível em: <https://www.economist.com/the-americas/2022/02/12/despite-thriving-trade-chinas-relationship-with-brazil-is-weakening?gclid=Cj0KCQiAtvSdBhDOARIsAPf8oNnRAYrBxIGOf-15oNCAfazxIAEGMeizeYkyFBr8jcUSQ8yy-th951QaAhRYEALw_wcB&gclsrc=aw.ds>. Acesso em: 14 jan. 2023.

WRITER, Staff. What Lula’s return in Brazil means for Asia. Nikkei Asia. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Politics/What-Lula-s-return-in-Brazil-means-for-Asia>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

_____ On Lula's Approach to Asia: Q&A with Karin Costa Vazquez - The Dialogue. The Dialogue. Disponível em: <<https://www.thedialogue.org/analysis/on-lulas-approach-to-asia4qa-with-karin-costa-vazquez/>>. Acesso em: 14 jan. 2023.

2

A POLÍTICA DE COVID-ZERO NA CHINA E SEUS PROTESTOS

Franciane da Silva Farias

Laura Simões Jordão

No dia 10 de janeiro de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) acusou o governo da República Popular da China de subnotificar o número de óbitos em decorrência da pandemia de covid-19. Em meio a questionamentos quanto à idoneidade dos dados divulgados pelo governo chinês, um recente estudo realizado pela Universidade de Pequim estima que cerca de 63% da população chinesa encontravam infectados com o vírus da covid-19. Em outras palavras, estima-se que cerca de 900 milhões de pessoas já estão contaminadas e que esse número tende a aumentar com a chegada do Ano Novo Lunar (a partir do 21 de janeiro), momento em que tradicionalmente as pessoas se deslocam com o objetivo de se reunir com seus familiares.

Desde o início da pandemia, o governo buscou diminuir o número de infecções em seu território - assim como número de óbitos - e para isto, utilizou abordagens que iam desde a testagem em massa até programas de lockdowns severos. No entanto, após o grande escalonamento de infecções que ocorreu no mundo inteiro em 2020, o país buscou voltar a normalidade com flexibilização das regras e foco na prevenção. Porém, essa abordagem mais flexível foi radicalmente abandonada a partir de agosto de 2021, com o aparecimento da variante delta, mais transmissível do que as outras já existentes. Para lidar com essa nova variante, Xi Jinping optou por uma abordagem mais rígida que ficou conhecida como “Dynamic Covid-Zero”.

O protocolo elaborado para a Dynamic Covid-Zero, que foi iniciado ainda em 2021, teve uma das abordagens mais rígidas do mundo - provavelmente o mais rígido para lidar com a disseminação de novas variantes. Dentro do conjunto de medidas adotadas pela República Popular da China estão lockdown em cidades com casos positivos de covid - ainda que sejam focos pequenos -, testagem em massa, fechamento de fronteiras e bloqueio temporário de empresas com casos positivos de covid - que foi alvo de protestos em 2022 -, e o mesmo vale para escolas e centros universitários e comércio.

Uma crítica a essa abordagem é que esse tipo de lockdown deve ser adotado até que o local em questão não tenha qualquer caso de covid - por isso ficou conhecido como “covid-zero”. As consequências dessa política afetam também o comércio internacional como um todo, uma vez que centros industriais, portos, e até cidades inteiras são obrigadas a parar até zerar os casos de covid no local. Essa abordagem chegou a ser novamente flexibilizada com o objetivo também de revitalizar a atividade econômica em 2022. No entanto, a flexibilização foi novamente substituída pela Dynamic Covid-Zero a partir de abril de 2022, com o avanço da variante Omicron. Segundo dados oficiais fornecidos por Pequim, ao longo de 2022 a China teve dois novos picos de casos de covid-19, um em abril (com mais de 150 mil casos confirmados por semana) e outro em novembro (quase 200 mil casos por semana).

A política de covid zero elaborada pelo governo chinês, além de ter impulsionado protestos dentro do próprio território - como discutiremos mais abaixo -, é vista como controversa pelo mundo por diferentes razões. Enquanto o governo insiste em sua política de covid zero, a OMS defende que a China deveria tentar uma outra abordagem para lidar com a covid, pois segundo o diretor geral da organização,¹ essa política é insustentável.

No fim de 2022, o governo chinês e sua política de covid zero sofreram com a insatisfação pública e o país tornou-se palco de diversos protestos e manifestações com alcance e repercussão internacional, algo que não se via desde dos protestos na Praça da Paz Celestial em 1989. As manifestações que foram foco dos noticiários internacionais, principalmente nos meses de novembro e dezembro de 2022, são reflexo dessa política que se mostrou eficiente no período inicial ao evitar o contágio mas insustentável a longo prazo.

Entre março de 2020 e dezembro de 2022, foram notificados mais de 250 protestos relacionados à abordagem governamental em relação à covid, incluindo manifestações de rua e exibições de sinais de protesto (AL JAZEERA, 2022). Vale ressaltar o perfil dos manifestantes: maioria jovens que nunca tinham participado de protestos antes e vão às ruas contestar a política de covid e até mesmo o presidente Xi Jinping, desde 2013 no cargo.

¹ Tedros Adhanom Ghebreyesus

Os protestos, que ocorreram em pelo menos 10 cidades na China, ganharam ainda mais força após um incêndio na cidade de Urumqi, capital da província de Xinjiang, deixar dez mortos, entre eles três crianças, e nove feridos. Há uma divergência de narrativas: as autoridades negam que as restrições do covid tenham interferido diretamente no resgate às vítimas, mas vídeos dos esforços das equipes de emergência compartilhados nas redes levam muitos a acreditarem que os moradores não conseguiram escapar porque o prédio estava parcialmente fechado. Nesse contexto, usuários da plataforma chinesa Weibo descrevem o incidente como uma tragédia já anunciada que poderia ter sido evitada se não fosse a insistência do governo em manter sua política de covid zero.

Pessoas em toda a China foram às ruas protestar de forma pacífica contra as medidas restritivas do governo à covid-19 e reivindicar por liberdade e direitos humanos (HRW, 2023). Porém, esses protestos foram duramente reprimidos pelos policiais com o uso da força, mesmo que sem um dado oficial, jornalistas internacionais relatam casos de prisões de ativistas e de censura na internet. Todavia, checar essas informações torna-se uma tarefa difícil, já que informações sobre as manifestações são eliminadas de todas as redes sociais chinesas, e a polícia não informa quantas detenções foram efetuadas. Essa eclosão de manifestações demonstra que os manifestantes não vão mais tolerar a pressão e restrição, o que é reafirmado pelos gritos que ecoam entre eles: “Vida, não à política de covid-zero”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL JAZEERA, 2022. Rebelião COVID da China: os protestos que expuseram rachaduras no sonho da classe média chinesa. Disponível em: Al Jazeera. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório Mundial 2023. Disponível em: HRW. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

KELTER, Frederik. Al Jazeera, 2023. China's 'zero-COVID' U-turn leads to loss of faith in leadership. Disponível em: Al Jazeera. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

KASTURI, Charu Sudan. Al Jazeera, 2022. As Shanghai lockdown drags on, fears grow for global trade. Disponível em: Al Jazeera. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

LIU, Jue; LIU, Min; LIANG, Wannian. "The Dynamic COVID-Zero Strategy in China." China CDC Weekly, vol. 4, n. 4, 25 de janeiro de 2022.

4

REDAÇÃO BBC NEWS. BBC, 2022. Após abandonar política de Covid zero, China registra 60 mil mortes pela doença em um mês. Disponível em: BBC. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

REDAÇÃO BBC NEWS. BBC, 2022. Como a China ficou 'presa' à política de 'covid zero'. Disponível em: BBC. Acesso em 16 de janeiro de 2023.

REDAÇÃO NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL, 2022. National Geographic, 2022. Entenda o que é a política de Covid-zero da China. Disponível em: [National Geographic](#). Acesso em 16 de janeiro de 2022.

3

DINÂMICAS REGIONAIS NA ÁSIA-PACÍFICO: AS RELAÇÕES TAIWAN-JAPÃO

Beatriz Fernandes Lira Cavalcante

Sofia Mendes Magalhães

Após um período de descentralização governamental, a ilha de Taiwan se tornou uma colônia da nação Holandesa por aproximadamente 40 anos, até se tornar independente novamente. Porém, esse período de autonomia foi limitado, com a região sendo dominada pela China, no século XVII, por aproximadamente dois séculos. Quando a guerra Sino-Japonesa¹ ocorreu, em 1895, Taiwan foi colonizada pelo Japão. Até a Segunda Guerra Mundial, com a derrota do Japão em 1945, a colonização seguiu ocorrendo, com Taiwan sendo entregue, após esse cenário, para a China Nacionalista, ou KMT (Kuomintang - ou Partido Nacionalista, em português). (CSIS, n.p; COPPER, 2023, n.p.)

Apesar de, brevemente, o KMT e o Partido Comunista Chines (CCP) trabalharem de forma conjunta para unificar a China em 1928, a breve cooperação teve um limite, e as diferentes visões para o futuro da China² se tornaram sobressalentes novamente, com as lutas entre os partidos se estendendo para a Segunda Guerra Mundial. Taiwan, por sua vez, foi entregue de volta para a China, como dito, a partir da Declaração de Cairo, que estipula sobre todos os territórios chineses tomados pelo Japão, que deveriam ser devolvidos.

As lutas internas entre os partidos da China continuaram, com Taiwan sendo um constante ator e participante. Quando, em 1949, Mao Zedong, presidente do Partido Comunista, cria a República Popular da China (RPC) em Beijing, Chiang Kai-Shek, presidente do KMT, se retira para Taiwan, levando consigo um número composto por 2 milhões de tropas e apoiadores, transformando Taipei, hoje a capital de Taiwan, na capital temporária da República da China. (CSIS, n.p.)

1 A Primeira Guerra Sino-Japonesa ocorreu entre 1894 e 1895, marcando a emergência do Japão como uma potência. Entre as causas do conflito, está a definição de qual país teria a supremacia na Coreia, região com laços comerciais com a China, ao mesmo tempo em que se localizava em uma posição estratégica em relação ao Japão, que tinha interesse nas reservas de carvão e ferro da Coreia (BRITANNICA, n.p)

2 Enquanto que o KMT desejava uma China de acordo com os moldes ocidentais de governo, como uma república constitucional, o Partido Comunista Chinês (CCP) desejava uma revolução comunista visando uma futura China não apenas socialista, como também que seguisse os princípios Marxistas-Leninistas (CSIS, n.p)

É a partir desse momento que ocorre a US-Sino Joint Communiqué, ou Comunicado de Xangai em 1972, entre o então Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, e o governo da República Popular da China, envolvendo a visão de cada um sobre Taiwan.³ A China, então, considera a província parte do país, ocorrendo o mesmo com os Estados Unidos. O Comunicado, entretanto, não se limitou a esses dois atores, tendo consequências também para outros países, como o Japão.

Em 1972, então, entre o Japão e da República Popular da China (RPC), foi declarado que o primeiro não reconhece a RPC como o único governo oficial da China, possibilitando o desenvolvimento de relações limitadas com Taiwan.^{4 5} Entretanto, o recente posicionamento da RPC da reunificação no discurso de Xi Jinping representa uma ameaça à segurança regional asiática, especialmente para o Japão. A vitória do RPC é iminente, pois é improvável que Taiwan vença sem auxílio externo, o Japão se depararia com uma potência econômica equipada próxima ao seu território compreendendo um cenário de instabilidade de securitização e paz na região do Mar da China Oriental contribuindo para a vulnerabilidade do Japão.⁶

A emergência de insegurança nessa conjuntura proporcionou incentivos de outros para que o Japão auxiliasse Taiwan, em particular de seu principal aliado, os Estados Unidos, que se posicionaram contra a reunificação forçada, justificada legalmente pela Lei de Relações com Taiwan (1979). Nesse sentido, a iniciativa de uma nota diplomática, em 2015, entre Taiwan e EUA estabeleceu a Estrutura Global de Cooperação e Treinamento (GCTF, sigla em inglês), na qual o Japão, em 2019, se juntou e se tornou o co-anfitrião da Organização. em 2019 o Japão além de se juntar ao propósito tornou-se um co-anfitrião para essa organização.⁷

Em dezembro de 2022, o encontro entre a atual presidente taiwanêsa, Tsai Ing-Wen, e a delegação japonesa enfatizou a perspectiva de cooperação de securitização bilateral entre Taiwan e o Japão a fim de assegurar a segurança regional.⁸

3 No Comunicado de Xangai, foi reconhecido que a RPC é o único governo legal da China, com Taiwan sendo uma província do país ao mesmo tempo em que a libertação da província seria uma questão interna da China, excluindo a possibilidade de interferências externas.

4 República da China.

5 Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2013.

6 SHAFFER, 2022.

7 SHAFFER, 2022.

8 Gabinete do Presidente da República da China, 2022.

Nessa reunião, o representante japonês, Seko Hiroshige, mencionou a atualização de documentos pelo Japão, como o da Estratégia de Segurança Nacional: nesse documento, ao mesmo tempo em que Taiwan apresenta esforços voltados ao comprometimento de políticas de defesa nacional, o Japão também se compromete a aprimorar essas capacidades. Assim, Seko aponta a severidade do problema e da necessidade de restaurar a paz na região, ao mesmo tempo em que hostiliza o uso da força por parte da República Popular da China a fim da ‘reunificação’.⁹

Assim, desde a reestruturação e investimento em forças de autodefesa, o Japão se prepara para contingências militares na região o Mar da China Oriental e, em Janeiro de 2023, reafirmou e fortificou alianças com países, como os Estados Unidos, França, Reino Unido e Canadá, que apoiam o auxílio para a defesa de Taiwan, com a possibilidade de intervenção militar.¹⁰

De forma resumida, então, ao mesmo tempo em que a presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, convidou o Japão para unir forças em relação a segurança regional, agradecendo, também, pela assistência ao longo da pandemia (TAIWAN NEWS, 2022, n.p.; OFFICE OF TAIWAN, 2022, n.p.), a China vem, especialmente ao longo de 2021 e 2022, aumentando suas incursões no espaço aéreo de Taiwan. (BROWN, 2022) Em 2022, o ano em que o número de incursões foi dobrado, militares taiwaneses relataram a primeira incursão com drones, e o Ministério de Defesa de Taipei relatou o envio de 1.727 aeronaves para o espaço aéreo por parte da China, em um claro contraste com o número de incursões de 2021 (960) e 2020 (380). Em agosto de 2022, os números também aumentaram, sendo registrado 440 incursões em resposta a visita de Nancy¹¹ Pelosi, presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos. (GIELOW, 2023; UOL, 2023)

A partir disso, é interessante notar como as relações Taiwan, China e Japão ainda se encontram longe de serem pacíficas e estáveis, com diversos desdobramentos que ainda devem ocorrer ao longo de 2023. Se torna, então,

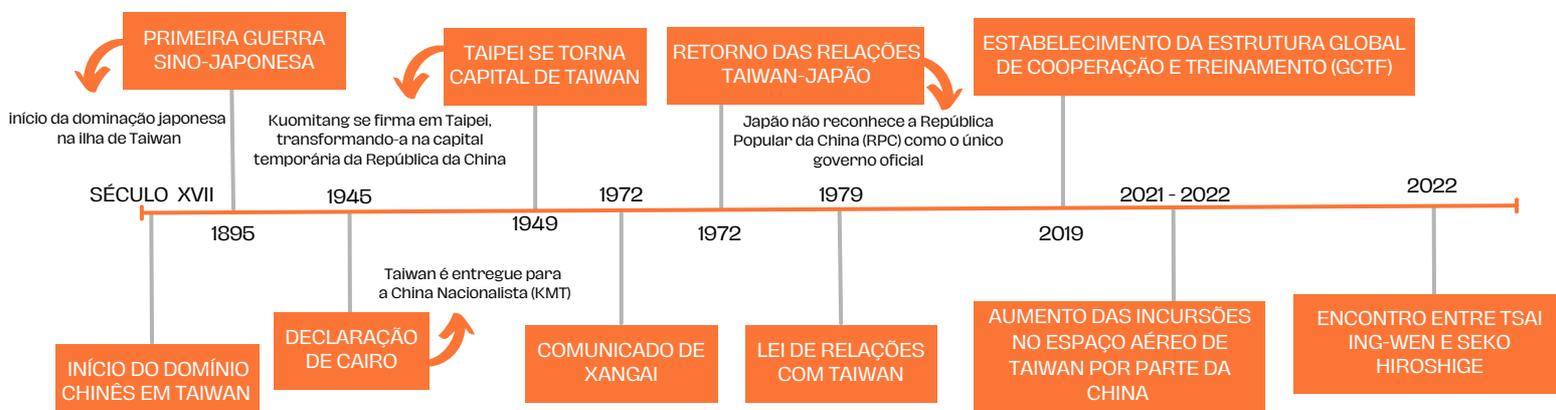
9 VERINGTON, 2022.

10 DEAETH, 2023.

11 A visita de Pelosi em Taipé marca a primeira vez que um presidente da Câmara dos EUA visita Taiwan em 25 anos. Na ocasião da visita, que ocorreu entre 2 e 3 de agosto de 2022, Pelosi destacou que a visita honra um compromisso inabalável que a potência mundial possui com a democracia de Taiwan (CNN, 2022). Da mesma forma, a presidenta da Câmara demonstrou que sua ida deixa “inequivocamente claro que não abandonaremos nosso compromisso com Taiwan (...)” (CNN, 2022) e “Agora, mais do que nunca, a solidariedade da América com Taiwan é crucial (...)” (CNN, 2022). A visita de Pelosi a Taiwan desencadeou fortes reações da China, alimentando a já existente tensão do país com os Estados Unidos.

essencial acompanhar de forma especial a relação Taiwan - Japão e o que ainda está por vir, pensando-se principalmente, na fala do presidente Tsai, ao se dirigir a Seko Hiroshige, Presidente do Japão. Nessa ocasião, não apenas foi reiterada a amizade profunda entre as duas regiões, como também Taiwan desejou aprofundar as trocas em áreas essenciais como economia, segurança e comércio. (TAIWAN NEWS, 2022, n.p.; OFFICE OF TAIWAN, 2022, n.p.)

RELAÇÕES TAIWAN-JAPÃO



Fonte: Elaboração própria

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITANNICA. First Sino-Japanese War: 1894-1895. *Britannica*. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/First-Sino-Japanese-War-1894-1895>. Acesso em: 15/01/2023.

BROWN, David. Taiwan: Como a China perdeu a ilha e qual a situação atual da 'Província rebelde'. *BBC News*, 2 ago. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62394547>. Acesso em: 15/01/2023.

CENTER FOR STRATEGIC & INTERNATIONAL STUDIES (CSIS). Background and Overview: a brief history of Modern China and Taiwan. CSIS. Disponível em: <https://www.csis.org/programs/international-security-program/isp-archives/asia-division/cross-strait-security-initiativ-0>. Acesso em: 15/01/2023.

CNN. Nancy Pelosi deixa Taiwan e encerra visita que enfureceu China. CNN Brasil, 03 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/nancy-pelosi-deixa-taiwan-e-encerra-visita-que-enfureceu-china/>>. Acesso em: 20/01/2023.

CNN. O que você precisa saber sobre a visita de Nancy Pelosi a Taiwan. CNN Brasil, 02 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-visita-de-nancy-pelosi-a-taiwan/>>. Acesso em: 20/01/2023.

COPPER, John C. Taiwan. Britannica, 15 Jan. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Taiwan>. Acesso em: 15/01/2023.

DEAETH, Duncan. Japan to build new bases near Taiwan as nation prepares for war with China: Prime Minister Fumio Kishida's whirlwind tour shores up alliances with US, UK, France and Canada. Taiwan News, 2022. Disponível em: <<https://www.taiwannews.com.tw/en/news/4780226>>. Acesso em 15/01/2023.

EVERINGTON, Keoni. Tsai calls on Japan to join forces with Taiwan. Taiwan News, 29 dez. 2022. Disponível em: <https://www.taiwannews.com.tw/en/news/4764932>. Acesso em: 15/01/2023.

EVERINGTON, Keoni. Tsai calls on Japan to join forces with Taiwan: Japanese lawmaker says Taiwan's extension of conscription 'worthy of high praise'. Taiwan News, 2022. Disponível em: <<https://www.taiwannews.com.tw/en/news/4764932>>. Acesso em 15/01/2023.

GABINETE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA CHINA. President Tsai meets delegation led by Japanese House of Councillors member Seko Hiroshige. Gabinete do Presidente da República da China, 28 dez. 2022. Disponível em: <<https://english.president.gov.tw/NEWS/6418>> . Acesso em: 15/01/2023.

GIELOW, Igor. China dobra número de incursões aéreas contra Taiwan em 2022. São Paulo: Folha de São Paulo, 3 jan. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/01/china-dobra-numero-de-incursoes-aereas-contra-taiwan-em-2022.shtml>>. Acesso em: 20/01/2023.

GLOBAL COOPERATION & TRAINING FRAMEWORK. GCTF, 2020. Disponível em: <<https://www.gctf.tw/en/IdeaPurpose.htm>>. Acesso em: 15/01/2023.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. Recent Japan-Taiwan Relations and the Taiwan Situation. First and Second China and Mongolia Divisions; Asian and Oceanian Affairs Bureau. Ministry of Foreign Affairs, 2013. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/taiwan/pdfs/japan-taiwan_relations.pdf>. Acesso em: 15/01/2023.

OFFICE OF THE PRESIDENT REPUBLIC OF CHINA (TAIWAN). President Tsai meets delegation led by Japanese House of Councillors member Seko Hiroshige. Office of the President Republic of China (Taiwan), 28 dec. 2022. Disponível em: <https://english.president.gov.tw/NEWS/6418>. Acesso em: 15/01/2023.

SHAFFER Sabrina. Why Japan Needs to Talk to Taiwan. Foreigner Policy Research Institute, 2022. Disponível em: <<https://www.fpri.org/article/2022/09/why-japan-needs-to-talk-to-taiwan/#:~:text=Since%201972%2C%20Japan%20has%20not,a%20military%20response%20with%20Taiwan.>>. Acesso em: 15/01/2023.

UOL. China duplicou em 2022 suas incursões na zona de defesa aérea de Taiwan. UOL notícias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/01/02/china-duplicou-em-2022-suas-incursoes-na-zona-de-defesa-aerea-de-taiwan.htm>>. Acesso em: 20/01/2023.



SEXTO FÓRUM SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SUL E SUDOESTE DA ÁSIA

Maria Gabriela Veloso Camelo

No final de 2022, aconteceu o 6º Fórum da Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia-Pacífico (UNESCAP, sigla em inglês) sobre desenvolvimento sustentável do Sul e Sudoeste asiático. Desde 2017, o evento acontece anualmente como uma espécie de preparação destas sub-regiões para o Fórum sobre Desenvolvimento Sustentável da Ásia-Pacífico (APFSD, sigla em inglês), que acontecerá já no início deste ano de 2023. Os desdobramentos e as resoluções de fóruns regionais e subregionais contribuem significativamente para o escopo local, mas também para os processos globais em encontros como o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF, sigla em inglês).

As sub-regiões do sul e sudoeste asiático são muito vulneráveis a desastres induzidos por questões climáticas (*climate-induced disasters*), logo, fóruns relacionados ao desenvolvimento sustentável merecem um destaque ainda maior. Entretanto, os relatórios da UNESCAP indicam que nenhuma das duas áreas está no caminho certo para alcançar as 17 metas da Agenda 2030. Ainda que os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)¹ como a 15 - Vida sobre a terra, a 1 - Erradicação da pobreza e a 3 - Combate as alterações climáticas tenham avançado, outros importantes objetivos – sobretudo relacionados à sustentabilidade e desenvolvimento – chegaram a regredir nos últimos anos. Existe uma necessidade urgente de se acelerar a ação climática e, por conseguinte, a redução de riscos de desastres, por meio de apoio tanto regional, quanto internacional.

Entende-se que parte deste regresso ocorreu em razão a grandes acontecimentos mundiais que influenciaram com pesar as sub-regiões em

¹ Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 e compõem uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030. Os 17 ODS envolvem temáticas diversificadas como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação. (EMPRABA, 2022)

questão, e é claro, o Sistema Internacional como um todo - a pandemia² da Covid-19³ e a Guerra na Ucrânia⁴. De toda forma, ainda há muito a se trabalhar quanto aos três objetivos⁵ que sofreram retrocesso na área.

No entanto, a fim de estar em alinhamento com o HLPF e o APFSD de 2023, o fórum sub-regional de 2022 tinha como foco debater o progresso nos ODS 6 - Água limpa e saneamento, 7 - Energia Acessível e Limpa, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 17 - Parcerias em Prol das Metas.

No entanto, a fim de estar em alinhamento com o HLPF e o APFSD de 2023, o fórum sub-regional de 2022 tinha como foco debater o progresso nos ODS 6 - Água limpa e saneamento, 7 - Energia Acessível e Limpa, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e 17 - Parcerias em Prol das Metas.

Com esse intuito os principais propósitos do fórum⁶ eram:

1. Aumentar a conscientização e a compreensão sobre os principais desafios e oportunidades para a implementação dos ODS, de acordo com o Roteiro Regional para a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na Ásia e no Pacífico, adotado pelos Estados Membros da UNESCAP, e para apoiar e complementar o agenda sub-regional por meio do compartilhamento de experiências e conhecimentos em 2017;

2 Apesar do forte crescimento econômico dos países da região e da boa resposta contra a pandemia, o recém-divulgado relatório das Nações Unidas (ONU) sobre o impacto da Covid-19 na região chama atenção para os altos níveis de desigualdade, baixos níveis de proteção social e um grande setor informal, bem como para uma regressão em paz e justiça e para os níveis preocupantes de danos ao ecossistema, perda de biodiversidade, emissão de gases de efeito estufa e qualidade do ar. (MARQUES, 2020).

3 Além de identificar as prioridades para acelerar os objetivos da agenda 2030, o fórum buscou examinar também estratégias inclusivas, resilientes e sustentáveis para a recuperação das sub-regiões quanto a Covid-19.

4 Desde o primeiro momento, a guerra de Putin foi encarada como uma ação que poderá ter enormes consequências no Indo-Pacífico. Antes de mais, pelos paralelos que se poderão fazer entre a invasão russa da Ucrânia e uma invasão chinesa de Taiwan. Ninguém duvida de que Xi tem aprendido muito com os erros de Putin - o que não se sabe é que conclusões Xi acabará por retirar, e de que forma isso irá condicionar os seus planos para a "reunificação" de Taiwan com a China continental. Por outro lado, a invasão da Ucrânia está na base de uma narrativa maior, de combate entre democracia e autoritarismo - e, nesse combate global, as democracias asiáticas estão literalmente na linha da frente. Por isso a Coreia do Sul e o Japão têm sido bastante vocais na defesa da causa ucraniana. Sobre tudo o Japão, bastante atuante no G7. (COSTA, 2022).

5 Goal 11: sustainable cities and communities; Goal 12: responsible consumption and production; Goal 13: climate action

6 Em tradução livre, de acordo com a nota oficial da UNESCAP: <https://www.unescap.org/events/2022/sixth-south-and-south-west-asia-forum-sustainable-development-goals>

2. Oferecer uma plataforma para discussões e reflexões de especialistas sobre as perspectivas e boas práticas sub-regionais, juntamente com os desafios relacionados aos meios de implementação dos ODS, sem deixar ninguém para trás;
3. Identificar maneiras, por meio de discussões de especialistas, para fortalecer os esforços de implementação, engajamento das partes interessadas, acompanhamento e revisão, vinculando processos nacionais, sub-regionais, regionais e globais, inclusive por meio do compartilhamento de apresentações e experiências dos países VNR no HLPF;⁷
4. Identificar as necessidades e oportunidades para a cooperação regional e apoiar a entrega de compromissos para tal cooperação por órgãos regionais e sub-regionais e o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas.

É interessante notar, que apesar de ser uma convenção sub-regional, uma importância significativa recai sobre ela, dado que produz e coleta informações, tanto de especialistas e outros membros da sociedade civil, quanto de formuladores de decisão, muito relevantes para o desenvolvimento em encontros com mais participantes.

Um último ponto que vale destacar sobre a existência desse fórum é a questão da cooperação regional. A própria resolução 77/1 apela por uma maior cooperação regional, em todos os níveis para reconstruir de forma efetiva a região, voltando aos trilhos sem deixar ninguém para trás, a fim de alcançar os ODS e criar uma resiliência a futuras pandemias e crises, mas mesmo quando não se trata do enfoque em ODS, a cooperação regional aparece como uma tendência em crescimento exponencial na Ásia-Pacífico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EMBRAPA. O que são os ODS. 2023. Disponível em:<
<https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/o-que-sao-os-ods>>. Acesso em janeiro de 2023.

⁷ A Revisão Nacional Voluntária (sigla em inglês VNR) é um processo em que os países avaliam e apresentam voluntariamente o progresso nacional feito em prol da implementação da Agenda 2030.

UNESCAP. Sixth South and South-West Asia Forum on the Sustainable Development Goals. Dezembro de 2022. Disponível em: < <https://www.unescap.org/events/2022/sixth-south-and-south-west-asia-forum-sustainable-development-goals> >. Acesso em janeiro de 2023.

UNESCAP. Sixth South and South-West Asia Forum on the Sustainable Development Goals – Presidential session. 8 de dezembro de 2022. Disponível em: < <https://www.unescap.org/speeches/sixth-south-and-south-west-asia-forum-sustainable-development-goals-presidential-session> >. Acesso em janeiro de 2023.

PISCO DE LUZ. Objetivos de desenvolvimento sustentável. 2022, Disponível em: < https://www.piscodeluz.org/desenvolvimento-sustentavel?gclid=CjwKCAiA2rOeBhAsEiwA2PI7Qx2fx3SHjVFEaddIC_mJN_2TEKaPzWu6Dt57k4KptDXpMSlgu_io7hoC-SwQAvD_BwE >. Acesso em janeiro de 2023.

UNITED NATIONS. OHCHR Voluntary National Reviews. 2022. Disponível em: < [https://www.ohchr.org/en/sdgs/voluntary-national-reviews#:~:text=Voluntary%20National%20Review%20\(VNR\)%20is,to%20leave%20no%20one%20behind.](https://www.ohchr.org/en/sdgs/voluntary-national-reviews#:~:text=Voluntary%20National%20Review%20(VNR)%20is,to%20leave%20no%20one%20behind.) >. Acesso em janeiro de 2023.

MARQUES, Lúcia. A Covid-19 na Ásia Pacífico e no Oriente Médio. Fiocruz, 2020. Disponível em < https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/49977/cap17_covid_19_asia_pacifico_oriente_medio.pdf;jsessionid=FB29CF067DEAC0737455AF9ED21E22A4?sequence=2 > Acesso em janeiro de 2023.

COSTA, Felipe Santos. A guerra é na Europa, mas o centro do mundo está no Indo-Pacífico. CNN Portugal. 22 de novembro de 2022. Disponível em < <https://cnnportugal.iol.pt/indo-pacifico/seguranca/a-guerra-e-na-europa-mas-o-centro-do-mundo-esta-no-indo-pacifico/20221122/637c7ba50cf2254fb2837fc9> >. Acesso em janeiro de 2023.

5

OS 75 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO MIANMAR

Fábio Almeida

Rubens Americano Alves de Brito Araujo

Myanmar conquistou oficialmente sua independência do Império Britânico em 4 de janeiro de 1948 após 63 anos de uma ocupação marcada pelas três guerras Anglo-Birmanesas, como tentativa de libertar a região dos colonizadores, a invasão japonesa durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e as graves violações aos direitos humanos que ocorreram durante esses conflitos.

O país, recém independente, passou a se chamar oficialmente de União da Birmânia, tendo como seu primeiro presidente Sao Shwe Thaik e como primeiro ministro U Nu. Em 1962 o governo Birmanês foi deposto por um golpe militar liderado pelo general Ne Win, que colocou os militares no governo e acabou com o multipartidarismo no país. Um conselho revolucionário de orientação marxista-leninista foi instituído com um sistema unipartidário.

Em 1974 o país foi renomeado para República Socialista da União da Birmânia após a aprovação de uma nova constituição. Durante boa parte da década de 70 vários protestos contra o governo ocorreram na Birmânia, sendo todos rechaçados com grande violência. Em 1988 grandes protestos ocorreram em todo o país reivindicando uma abertura política e o fim da violência por parte do governo. O general Ne Win foi deposto em um novo golpe militar liderado pelo general Saw Maung.

Foi somente em 1989 que o país passou a se chamar União de Myanmar e em 1990 ocorreram as primeiras eleições multipartidárias desde o golpe de 1962, mas os militares continuaram controlando o governo e a eleição foi anulada. Em 1997 a União de Myanmar foi admitida na ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático). O que representou a autonomia da organização frente a pressões internacionais, principalmente dos países do ocidente, visto que mesmo Myanmar sendo governada por um regime autoritário, foi admitida na organização, que desde o início se orientou pelo princípio da não-intervenção.

Entre os anos de 2011-2021, Myanmar passou por um breve período de liberalização política até o golpe de 2021, com eleições oficiais sendo realizadas em 2015, pela primeira vez desde as eleições anuladas de 1990.

A independência de Myanmar não trouxe necessariamente o fim da luta por diferentes liberdades. Como aponta Kyaw Win, fundador e diretor executivo da organização *Burma Human Rights Network* (BHRN), que monitora e denuncia abusos de direitos humanos em Myanmar, a independência do país se assemelha a “um corpo sem alma” (KARTAL, 2023). Nesse sentido, o corpo, para o ativista, seria a primeira camada de uma liberdade adquirida após o fim do domínio britânico no país, mas a ausência de alma diz respeito à ausência de uma liberdade que sejam amplas, de maneira igual, a todas as camadas sociais de Myanmar (KARTAL, 2023). A minoria muçulmana Rohingya sofre, conforme acusações levantadas pela Corte Internacional de Justiça (CIJ), um esforço ativo, por parte do Estado, de ser exterminada em prol de um projeto de limpeza étnica (PADDOCK, 2022). A ativista Aung San Suu Kyi, que tornou-se um símbolo da democracia em Myanmar após anos de combate aos militares, ganhando um nobel da paz em 1991 após sua prisão em 1990 diante da vitória eleitoral de seu partido, Liga Nacional pela Democracia, cooptada pelos militares, teve a sua reputação internacional manchada ao defender a campanha militar de extermínio contra os Rohingya (PADDOCK, 2022). Em 2019, a ativista representou o país na CIJ, defendendo seu país contra as acusações que lhe foram atribuídas em relação à limpeza étnica dos Rohingya (PADDOCK, 2022).

O golpe de 2021, protagonizado pela junta militar de Myanmar, também apresenta a violação não só das liberdades dos cidadãos, mas, mais diretamente, aos direitos humanos. Mais de 2.100 pessoas foram mortas pelo regime, incluindo minorias, ativistas e civis (MYANMAR ... 2022; PADDOCK, 2022). Diante de diversos ataques cometidos contra a população, soldados têm saqueado casas e capturando membros da família caso não consigam encontrar seus alvos, queimam casas em vilas rurais, estupram mulheres, cortam suprimentos a campos de resistência e, em outubro de 2022, bombardearam um concerto aberto em Cachim (PADDOCK, 2022).

Tendo em vista os ataques e a quantidade de refugiados que surgiram a partir da perseguição política da junta, a comemoração do dia de independência,

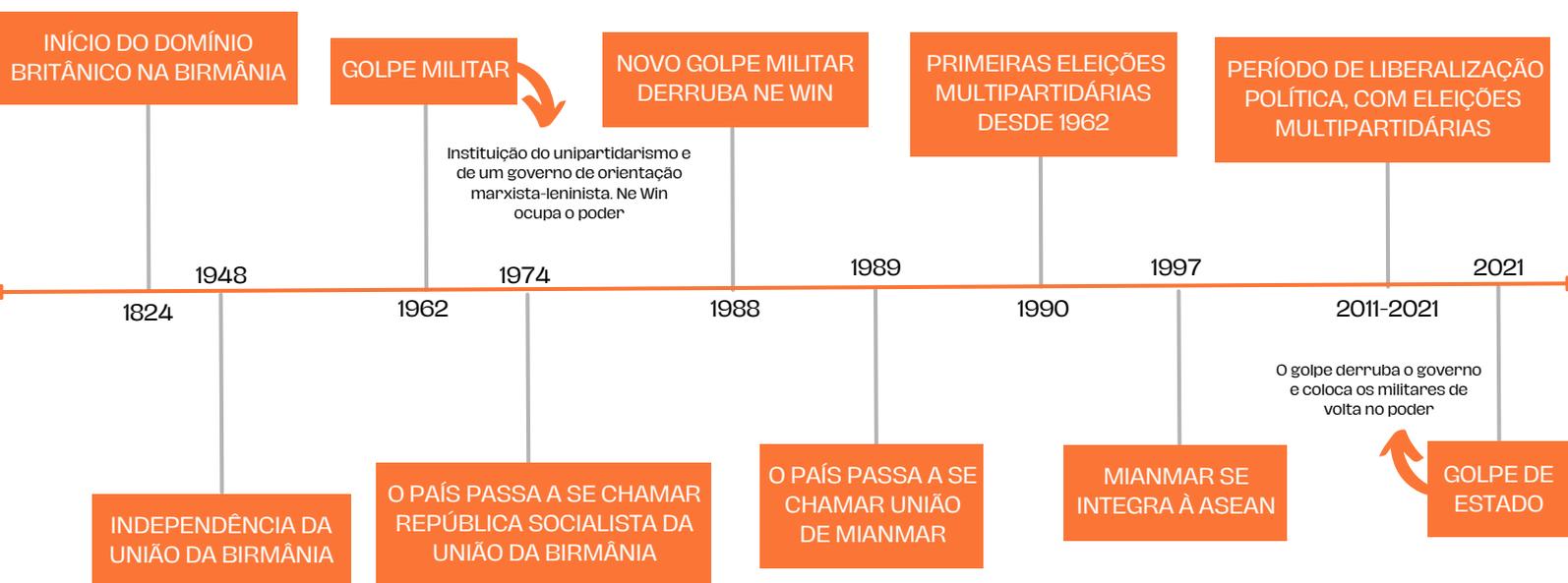
que geralmente é festiva, foi marcada por demonstrações militares na capital, Naypyidaw, e pelo protesto dos civis contra o regime, que mantiveram-se em casa e abstiveram de comemorar nas ruas (MILITARY- RULED... 2023). Como aponta o ativista Kyaw Win, a população local tem sido ávida no combate às forças militares, com o intuito de remover a junta militar de uma vez por todas (KARTAL, 2023).

A resposta da comunidade internacional ao golpe foi, de maneira geral, ubíqua em relação à sua condenação, sobretudo os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Europeia, que impuseram sanções à Myanmar, e as Nações Unidas, que lamentaram o ocorrido por meio do relator especial sobre direitos humano de Myanmar (MYANMAR ... 2022; JALIL, 2022; PADDOCK, 2022). Contudo, não houve ações mais incisivas por parte do Conselho de Segurança pois a Rússia e a China, que possuem capacidade de veto, apoiam o novo governo, tendo o presidente Vladimir Putin parabenizado a junta durante a celebração do dia da independência (MILITARY- RULED... 2023; PADDOCK, 2022). A Rússia, nesse sentido, continua a maior fornecedora de armamentos para Myanmar (PADDOCK, 2022).

Os 75 anos de independência de Myanmar mostraram-se particularmente violentos, marcados pela permanência da luta pela liberdade. O que se pode pensar a partir desta conjuntura é que os frutos do colonialismo não se desvinculam após o processo de independência. Como aponta Nandy (KRISHAN, 2009), a colonização¹ não é um momento histórico isolado, mas sim, olhando somente do ponto de vista do colonizado, um processo de ingestão dos valores do colonizador em relação a sua forma de governo e visão de mundo. Os ataques às minorias étnicas, a supressão e destruição dos dissidentes e suas casas, o estupro contra mulheres e o uso da força como forma de governo representam, mesmo que de maneira indireta, processos que remetem ao sistema social que se foi construído em Myanmar após a colonização. A liberdade, logo, ainda é buscada após 75 anos de independência.

¹ É importante ressaltar que a concepção exposta por Nandy em seu livro de 1983 *"The Intimate Enemy: Loss and Recovery of Self Under Colonialism"* sobre o processo de colonização visa iluminar maiores nuances em relação ao binarismo entre colonizado e colonizador (KRISHAN, 2009). Nesse sentido, o autor é enfático ao propor que este processo trouxe também mazelas ao próprio colonizador, que, fazendo referência direta ao livro de George Orwell *"Shooting an Elephant"* em que conta suas experiências enquanto oficial britânico em Myanmar, apresenta de que maneira a figura do colonizador se vê profundamente angustiado em ter de constantemente afirmar, sem espaço para dúvidas, sua superioridade em relação ao colonizado. Com isso, a repressão dura e o exagero se tornam meios pelo qual o colonizador pode expressar, indubitavelmente, que acredita nesses valores, trazendo o pior de sua sociedade nesse processo (KRISHAN, 2009). O ponto desta nota, portanto, é conjecturar se de fato o que se vê em Myanmar na contemporaneidade é fruto do processo simbiótico, co-constitutivo entre o significante "colonizador" e "colonizado" após o período histórico formal de colonização britânica.

LINHA DO TEMPO POLÍTICA DE MIANMAR



Fonte: Elaboração própria

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JALIL, Zubaidah. Myanmar: Military executes four democracy activists including ex-MP. *BBC News*, 25 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-62287815>. Acesso em: 17 de janeiro, 2023.

KARTAL, Ahmet. Myanmar's independence is like a 'body without a soul,' rights activist says. *Anadolu Agency*, 5 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/myanmar-s-independence-is-like-body-without-soul-rights-activist-says/2780253>. Acesso em: 16 de janeiro, 2023.

KRISHAN, Sankaran. *Globalization and Postcolonialism*. Estados Unidos: Rowman & Littlefield, 2009.

Military-ruled Myanmar marks 75 years independent o Britain. **Aljazeera**, 4 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/1/4/military-ruled-myanmar-marks-75-years-independent-of-britain>. Acesso em: 16 de janeiro, 2023.

Myanmar: Who are the rulers who have executed democracy campaigners? **BBC News**, 2 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-55902070.amp>. Acesso em: 15 de janeiro, 2023

PADDOCK, Richard. Myanmar's Coup and Its Aftermath, Explained. **The New York Times**, 9 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/article/myanmar-news-protests-coup.html>. Acesso em: 15 de janeiro, 2023.

STEINBERG, David. I . **BURMA: The State of Myanmar**. Washington D.C: Georgetown University Press, 2001.



LIGA DE ESTUDOS
ÁSIA-PACÍFICO



Instituto
de Relações
Internacionais



PUC
RIO

